



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículos: Folha de São Paulo Online

Data: 27/02/2015

Caderno/Link: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/02/1595512-propostas-para-o-fim-da-greve-dos-caminhoneiros-sao-inviaveis-diz-setor.shtml>

Assunto: Propostas para o fim da greve dos caminhoneiros são inviáveis, diz setor

Propostas para o fim da greve dos caminhoneiros são inviáveis, diz setor

A maior parte das medidas oferecidas pelo governo para os caminhoneiros desbloquearem as estradas é difícil de ser implementada, dizem especialistas e integrantes do setor consultados pela Folha.

O principal entrave está na criação de uma tabela referencial de fretes, que levaria a preços mínimos pelo serviço. Hoje, esse valor muda de acordo com a oferta e a demanda pelo transporte.

"O mercado de frete rodoviário é muito próximo à concorrência perfeita. Será muito difícil estipular um valor mínimo", diz Thiago Péra, coordenador do grupo de pesquisa e extensão em logística agroindustrial da **Esalq**-USP.

Uma experiência recente em Mato Grosso exemplifica a dificuldade no tabelamento. No início deste ano, a ATC (Associação de Transportes de Cargas de Mato Grosso) criou um balizador referencial de fretes, com valores mínimos para as principais rotas.

Não deu certo. Empresas transportadoras que já tinham contrato com as tradings realizaram o transporte pelos preços já acordados anteriormente, e outros transportadores, ociosos, acabaram reduzindo os seus valores abaixo da tabela.

Segundo Péra, dificuldades em fiscalizar o cumprimento da tabela também torna inviável o tabelamento.

"O contratante também tem de estar de acordo com isso", lembra. E não é o caso.

As tradings, responsáveis pelo transporte de grãos, foram totalmente contrárias ao tabelamento em Mato Grosso, assim como os produtores, que são os mais prejudicados com essa prática.

"Quanto maior é o frete, menor é a rentabilidade do produtor", diz Edeon Vaz Ferreira, do Movimento Pró-logística da Aprosoja. Ao fazer o pagamento aos agricultores, as tradings descontam o valor do frete. Por isso, em momentos de queda no preço das commodities, fica mais difícil a negociação.

Editoria de Arte/Folhapress

SONO

A isenção da cobrança de pedágio por eixo suspenso, prevista no projeto de lei que propõe mudanças na lei do caminhoneiro, também é de difícil implementação.

A ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias) diz que os caminhões não poderão mais usar o pagamento eletrônico nos pedágios, exigindo paradas constantes nas cabines para verificação dos eixos.

Segundo a entidade, isso acarretará em aumento do tempo de viagem dos motoristas e demais usuários.

Além disso, a ampliação da jornada dos motoristas aumenta o risco de acidentes, segundo Marco Túlio Mello, especialista em sono e professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

"O mais preocupante é a autorização para dirigir cinco horas e meia sem parar. Para que não se perca a atenção, é recomendado descanso a cada três horas", diz o especialista que faz pesquisas com motoristas desde 1993.